



COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

REQUERIMENTO Nº _____, DE 2019
(Da Sra. ERIKA KOKAY e outros)

Requer a realização de audiência pública para discutir contingenciamento dos recursos da Educação e os impactos na manutenção e funcionamento das Instituições de Ensino do País.

Senhor Presidente,

Requemos a Vossa Excelência, com base no artigo 255, c/c artigo 24, ambos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados – RICD, a realização de audiência pública para discutir o contingenciamento dos recursos da Educação e os impactos na manutenção e funcionamento das Instituições de Ensino do País. Solicitamos sejam convidados/as:

- I) Sindicato dos Professores do Distrito Federal – SINPRO-DF;
- II) Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação – CNTE;
- III) Conselho Nacional de Educação;
- IV) Ministério da Educação – MEC;
- V) Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – SBPC;
- VI) Conselho Nacional de Secretários de Educação – Consed;
- VI) Conselho das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica – CONIF; e
- VII) União Nacional dos Estudantes – UNE.

JUSTIFICAÇÃO

O Ministério da Educação contingenciou 30% das dotações orçamentárias anuais da Universidade de Brasília (UnB), da Universidade Federal Fluminense (UFF) e da Universidade Federal da Bahia (UFBA), bloqueio este posteriormente estendido a todas as universidades e institutos federais. Sem qualquer fundamentação técnica que orientasse tal decisão, o ministério baseou-se simplesmente em conjecturas alheias à realidade das instituições. Em complemento, ameaçou que "vai cortar recursos de



CÂMARA DOS DEPUTADOS
GABINETE DA DEPUTADA ERIKA KOKAY – PT/DF

universidades que não apresentarem desempenho acadêmico esperado e, ao mesmo tempo, estiverem promovendo "balbúrdia" em seus campi".

A medida adotada pelo MEC levanta uma série de questões. É fundamental que a pasta esclareça quais manifestações ocorreram nas universidades citadas que serviram para o ministro justificar o corte de recursos e o que ele quis dizer quando utilizou o termo "balbúrdia" referindo-se às universidades. Além disso, o MEC precisa trazer ao Parlamento as informações os critérios que utilizou para bloquear os recursos e apontar objetivamente como as universidades afetadas arcarão com as despesas de manutenção, dentre outras questões que merecem ser esclarecidas.

Cabe ao Parlamento zelar pela plena observação do princípio constitucional da autonomia universitária e pelos meios necessários ao cumprimento da missão da universidade, tal como definidos democrática e unanimemente pelo Congresso nacional, quando da aprovação do vigente Plano Nacional de Educação (PNE).

Tendo em vista que os cortes orçamentários efetuados pelo MEC comprometem sobremaneira o funcionamento e manutenção das universidades públicas, inviabilizando o tripé **ensino, pesquisa e extensão** como funções pelas quais a missão da universidade se materializa, e diante da gravidade que representa a indevida utilização da gestão do orçamento público para tentar censurar ou mesmo constrar atividades intelectuais e formativas no âmbito das universidades, que são essenciais para a construção do pluralismo e da diversidade de pensamento nos ambientes acadêmicos, julgamos fundamental a realização da presente audiência pública.

Sala da Comissão, em _____ de _____ de 2019.

Dep. **ERIKA KOKAY – PT/DF**

Dep. **ALENCAR SANTANA BRAGA PT/SP**

Dep. **ROGÉRIO CORREIA - PT/MG**

Dep. **LEONARDO MONTEIRO- PT/MG**

Dep. **LUIZIANNE LINS PT/CE**

Dep. **MARIA DO ROSÁRIO PT/RS**

Dep. **PADRE JOÃO- PT/MG**

Dep. **PATRUS ANANIAS PT/MG**



CÂMARA DOS DEPUTADOS
GABINETE DA DEPUTADA ERIKA KOKAY – PT/DF

Dep. PEDRO UCZAI PT/SC